



RESENHA

PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA

Sócio de Denis Borges Barbosa Advogados. Professor da Faculdade de Direito da PUC-Rio. Doutor em Direito Comercial (USP), Mestre em Direito Civil (UERJ), Especialista em Propriedade Intelectual (PUC-Rio). pedromarcos@nbb.com.br

“20 ANOS DA LEI DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DENIS BORGES BARBOSA”

Enzo Baiocchi (Org. e Autor), Ricardo Luiz Sichel (Org. e Autor).

Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 540 páginas

Os organizadores de obras acadêmicas de escrita coletiva (e com uma ampla temática) sempre correm dois tipos de riscos: o primeiro é atinente ao mercado editorial jurídico que dá ‘preferências’ aos escritos monográficos e aos textos ‘esquemáticos’ para concurreiros; e o segundo consiste na ausência de *diálogos* internos entre os colaboradores, fazendo da *oeuvre* algo próximo do idioleto.

Todavia, os experientes *regentes* da *universalidade textual*, Professores Doutores Enzo Baiocchi e Ricardo Luiz Sichel, souberam evitar tais tormentas coordenando a ‘afinação’ de uma equipe multidisciplinar de acadêmicos tanto da seara estatal quanto do múnus privado, advogados, servidores, pesquisadores, juizes, economistas, biólogos, historiadores, farmacêuticos, brasileiros, angolanos, portugueses, enfim, uma plêiade internacional de docentes (de instituições renomadas) com talento na escrita e precisão nas ideias.

Com tantas lentes advindas de distintas lupas evita-se incidir num erro comum da megalomania jurídica em uma senda tão plúrima quanto a propriedade intelectual. Pode-se afirmar, aliás, que os avanços *normativos* e *pragmáticos* do setor, nos mais de vinte anos da LPI, se deram (predominantemente) pela ativa colaboração dos *saberes técnicos* não-jurídicos à vivência legalista, sendo eficazes em promover correções de rumos quando necessário.

No mérito, os capítulos tangenciaram conteúdos como: (i) uma ótica conglobante e histórica da legislação, (ii) a relação belicosa entre o INPI e a ANVISA na anuência prévia, (iii) o tipo de tutela havida na proteção dos dados de testes sigilosos apresentados à regulação estatal, (iv) o delicado equilíbrio entre acesso à saúde e o resguardo das criações da biotecnologia, (v) os atos administrativos de ‘intervenção’ na propriedade privada e as patentes, (vi) o mundo *quase incognito* dos desenhos industriais, (vii) a tutela das marcas famosas e os signos distintivos não registráveis, (viii) as indicações geográficas e a sua relação com os terceiros utentes, (ix)

o perfil e os impactos internacionais da LPI perante TRIPS e Berna, (x) a jurisdição da Propriedade Industrial sob a ótica do STJ, (xi) o tratamento do *know how*, (xii) a economia da propriedade intelectual sob a ótica do acesso aos mercados relevantes, (xiii) a interface entre o direito concorrencial e a propriedade industrial e (xiv) os direitos autorais perante a segurança jurídica.

A amplitude (e variedade) de temas tem em comum o fato de que o homenageado dedicou livros, artigos, palestras, aulas e capítulos ao exame de todas essas matérias, em um esforço – particularmente – incomum para um *zeitgeist* dedicado aos *especialistas* monotemáticos, e tão avesso a empenhos *multitask* como fez Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda no século XX.

Outro foco comum aos capítulos foi a constatação da gigantesca transformação normativa em comparação a *relativa* estabilidade do texto da Lei 9.279/96, perante sua redação original. Com raras exceções, os últimos dois decênios testemunharam vicissitudes de orientações dos Tribunais que atentos aos efeitos *transindividuais* dos direitos de propriedade intelectual souberam dosar a interface dos interesses públicos primários e secundários com as esferas jurídicas dos autores e inventores, titulares, concorrência e meio ambiente.

Em suma, a obra realiza uma merecida homenagem ao grande intelectual brasileiro (escusada a incidência da parcialidade e de nepotismo deste autor) que estaria profundamente orgulhoso pelo reconhecimento de sua profícua labuta.

Ao interlocutor–juiz final sobre a qualidade da obra publicada – ficará a certeza de que não adquirirá um livro *chapa branca* ou que reúna adaptações de memorandos confeccionados ao agrado da clientela. Está-se diante de algo incomum no nicho editorial nacional contemporâneo: pesquisas de alta qualidade e de densidade teórica admirável. O leitor não se arrepende.